

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.466 - MG (2019/0234719-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ANTONIO DA SILVA LEO (PRESO)
ADVOGADO : DARIO ALVES GONZAGA - MG182897
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ANTONIO DA SILVA LEO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.054456-9/000).

Os autos dão conta de que o Juízo da Vara Única e de Execuções Penais da Comarca de Arcos/MG, "*uma vez que o paciente não havia cumprido 1/12 da pena remanescente no regime semiaberto*", indeferiu o pedido de autorização de trabalho externo (consoante se verifica das informações prestadas à e-STJ fl. 52, uma vez que ausente a decisão).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 65):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHO EXTERNO - MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO - VIA IMPRÓPRIA - PEDIDO ANALISADO PELO MAGISTRADO DA EXECUÇÃO E FUNDAMENTADAMENTE INDEFERIDO - ORDEM DENEGADA.

- Em sede de *habeas corpus* não é possível discutir e decidir sobre questões referentes à execução de pena, máxime se já foi analisado o pedido em primeira instância e indeferido de forma satisfatoriamente fundamentada.

Nas razões do presente recurso, a defesa afirma que, "*ao ser decretada o direito de progressão de regime por este juízo ao sentenciado, já que cumpriu mais de 1/6 da pena, tem-se a possibilidade do trabalho externo. Além do mais, o comportamento carcerário do reeducando é adequado, pois além de cumprir com as regras do sistema prisional ainda tem um convívio harmônico com seus companheiros de infortúnio, sendo suas condições pessoais favoráveis, conforme relatório de vida*

Superior Tribunal de Justiça

carcerária anexo" (e-STJ fls. 84/85).

Sustenta que "a autorização para o trabalho externo junto a referida empresa privada é medida impositiva, pois o apenado preenche todos os requisitos subjetivos para concessão do trabalho fora da APAC, pois possui bom comportamento, atestado carcerário em anexo, é réu primário, os crimes por ele cometidos não foram cometidos com violência ou grave ameaça, e não apresenta episódios ou impulsividade no interregno que esta detido, e quanto ao requisito objetivo o mesmo já cumpriu mais de 1/6 da reprimenda" (e-STJ fl. 87).

Por isso, requer "seja o presente recurso conhecido e provido, a fim de que seja concedido o direito do condenado ao trabalho externo junto a empresa privada, uma vez que cumpriu o lapso temporal de 1/6 e possui bom comportamento carcerário, nos moldes do art. 37, da LEP, para que o reeducando possa se ausentar durante o dia para trabalhar, sem escolta e as suas expensas e que possa imediatamente iniciar sua atividade no referido estabelecimento" (e-STJ fl. 87).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou "pelo não conhecimento do recurso, determinando que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais analise o mérito da impetração originária como entender de direito, caso ainda não o tenha feito em outra via recursal" (e-STJ fls. 96/98).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Tribunal de origem denegou o *habeas corpus* lá impetrado, à base da seguinte fundamentação (e-STJ fls. 67/):

Inicialmente, cumpre destacar que, como reiteradamente temos decidido, não é possível, por meio do remédio constitucional manejado, discutir e decidir sobre questões referentes à execução de pena, cujo exame demanda análise de prova, como é o presente caso, que extrapola a estreita via do mandamus.

[...]

No entanto, vê-se que, do superficial exame que o presente remédio constitucional comporta, não restou demonstrada a ocorrência do alegado constrangimento ilegal, ao qual, em tese, estaria o paciente sendo submetido, tendo a autoridade impetrada apresentado satisfatoriamente as razões pelas quais entendeu que, no presente momento, o paciente não faz jus ao trabalho externo.

Superior Tribunal de Justiça

Confira-se:

"Por outro lado, verifico que o sentenciado não cumpriu 1/12 do restante da pena no regime semiaberto para obter o direito ao trabalho externo. Assim, indefiro, por ora, o pedido de trabalho externo."

Com efeito, não há como reconhecer a ilegalidade do decisum atacado, uma vez, que a motivação apresentada, consistente em não preenchimento do requisito objetivo, se afigura idônea e apta a alicerçar o indeferimento do pleito formulado.

Exame mais aprofundado acerca do acerto ou desacerto da fundamentação apresentada - ou seja, aferição de se o reeducando, de fato, não cumpriu o lapso temporal exigido - implicaria em ampla análise do período de cumprimento de pena, o que não pode ser feito em sede de habeas corpus, sendo certo que há recurso próprio para discussão de questões dessa natureza.

Com efeito, das informações prestadas, depreende-se que os procedimentos necessários à garantia dos direitos do penitente estão sendo respeitados, não sendo possível verificar que ele esteja sendo submetido a constrangimento ilegal.

Desse modo, não restando demonstrada a ocorrência de qualquer ilegalidade flagrante ou manifesta no curso da execução da pena imposta ao paciente, DENEGO A ORDEM (grifei).

Nessas circunstâncias, a ausência de manifestação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acerca do mérito do pedido formulado na impetração originária configura indevida negativa de prestação jurisdicional, principalmente considerando que a análise do aventado constrangimento ilegal não demanda aprofundado exame de matéria probatória.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. INDULTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SUBJETIVOS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECUSA DO TRIBUNAL A QUO. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO. MATÉRIA DE DIREITO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA ILEGALIDADE APONTADA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Esta Corte não deve continuar a admitir a impetração de habeas corpus (originário) como substitutivo de recurso, dada a clareza do texto constitucional, que prevê expressamente a via recursal própria ao enfrentamento de insurgências voltadas contra acórdãos que não atendam às pretensões veiculadas por meio do writ nas instâncias

Superior Tribunal de Justiça

ordinárias.

2. Verificada hipótese de dedução de habeas corpus em lugar do recurso cabível, impõe-se o não conhecimento da impetração, nada impedindo, contudo, que se corrija de ofício eventual ilegalidade flagrante, como forma de coarctar o constrangimento ilegal.

3. No vertente caso, sustenta-se a impossibilidade de negar ao paciente o indulto, porque entende presentes os requisitos subjetivos elencados no Decreto Presidencial n. 7.049/2009.

4. A questão deduzida não foi examinada pelo Tribunal de Justiça estadual, o qual julgou que o habeas corpus não seria a via adequada ao exame da postulação, nada dizendo quanto ao mérito. Tal circunstância impede a análise pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de incorrer na indevida supressão de instância.

5. Tratando-se de matéria de direito, a despeito da existência de via processual própria, o Tribunal a quo deve proceder ao exame da flagrante ilegalidade apontada, se existente ou não.

6. Impetração não conhecida. Ordem de habeas corpus concedida, de ofício, a fim de determinar ao Tribunal a quo que examine o pedido deduzido no mandamus originário, decidindo como entender de direito (HC 264.046/SP, relator Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 23/09/2013, grifei).

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TEMA NÃO ANALISADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM RAZÃO DE SER CABÍVEL AGRAVO EM EXECUÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE. 3. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie.

Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente - a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício -, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, a despeito de existir recurso próprio e adequado para questionar as decisões proferidas em tema de Execução Penal, a ação de habeas corpus substitutiva de agravo em execução deve ser analisada pela Corte de origem com o intuito de verificar a existência de flagrante ilegalidade, desde que não seja necessário o reexame de fatos e provas, como na espécie, em que se discute o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos à progressão de regime. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar que o Tribunal de Justiça de São Paulo examine o mérito do Habeas Corpus n. 0160802-21.2013.8.26.0000 como entender de direito (HC 282.251/SP, relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 19/03/2014, grifei).

Portanto, a ausência de manifestação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acerca dos pedidos formulados na impetração originária configura indevida negativa de prestação jurisdicional, principalmente considerando que a análise do aventado constrangimento ilegal não necessita de revolvimento de matéria probatória, envolvendo apenas questão de direito.

Nesse contexto, tratando-se de questão relevante de direito, deve a Corte estadual analisar a matéria suscitada na impetração originária.

Ante o exposto, **não conheço do presente recurso ordinário, mas concedo a ordem, de ofício**, para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais aprecie o mérito do *habeas corpus* originário como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator